

Almanaque do **Futuro**

EXPERIÊNCIAS MOTIVADORAS PARA UM MUNDO MELHOR

Experiencia motivadora No. 30



**DEFESA DA ÁGUA E DA VIDA
RESISTÊNCIA COMO ALTERNATIVA**

DEFESA DA ÁGUA E DA VIDA – RESISTÊNCIA COMO

A defesa do Páramo de Santurbán é um caso emblemático de resistência à entrega dos territórios a grandes empresas de mineração pelo governo colombiano. As autoridades ambientais geraram e modificaram normas para dar um vislumbre de legitimidade às medidas extrativistas e de curto prazo que adotam. A plataforma cívica, em vez de polêmica, trabalha com mensagens positivas relacionadas à importância da água como fonte de vida. A resistência torna-se uma alternativa quando todos são reconhecidos como habitantes do território.



Paramos – fonte de água

O Páramo de Santurbán é um dos mais de 30 páramos da Colômbia; são ecossistemas de montanhas intertropicais, localizados de altitudes que variam de 2700 a 4000 metros acima do nível do mar. Páramos também são encontrados no Equador, Peru, Venezuela e na América Central. O Páramo de Santurbán cobre uma área de 190.000 hectares, dos quais um quarto está localizado na província de Soto Norte, no departamento de Santander; a maior parte pertence ao departamento vizinho de Norte de Santander. Mais de dois milhões de pessoas bebem água originada neste páramo: a região metropolitana de Bucaramanga, com quatro municípios, é abastecida pelos rios Suratá, Tona e Rio Frio que nascem no páramo. Cúcuta e outros municípios do Norte de Santander são igualmente abastecidos com água dos rios que nascem no Páramo de Santurbán. “A vegetação e o solo do páramo recebem e acumulam chuva no inverno e permitem que a água flua permanentemente no verão, funcionando como uma esponja. Assim, sempre temos água”, explica Mario Flórez, um dos membros do Comitê de Defesa da Água e do Páramo de Santurbán. Quase 80% da população colombiana, mais de trinta milhões de pessoas dependem da água fornecida pelos páramos.



Conflitos de interesse: entre a ganância e vida

A Colômbia não é tradicionalmente um país de mineração, mas agrícola e agroindustrial. Aproximadamente quinze anos atrás, os governos no poder decidiram buscar uma transição da matriz econômica para a grande indústria de mineração. Em sua narrativa, eles falam da mineração como sinônimo de progresso econômico. O convite ao capital transnacional para investir na grande indústria de mineração na Colômbia foi bem recebido: as empresas de mineração transnacionais começaram a comprar títulos de mineração, alguns deles com o objetivo de especular o mercado de ações, gerando expectativas de lucro e revendendo títulos novamente. Na região de Santurbán, apenas dois municípios, Califórnia e Vetas, estão tradicionalmente engajados na mineração artesanal, principalmente ouro. Estimativas indicam que o subsolo do Páramo de Santurbán contém até 50 gramas de ouro por tonelada, além de outros metais como prata e urânio. Ao contrário da mineração artesanal, a megamineração enfraquece severamente as bacias hidrográficas, polui as águas subterrâneas e usa grandes quantidades de água para processamento. A população local tende a vender suas terras e a se mudar, outras acabam trabalhando na empresa de mineração, mesmo que muitas vezes apenas temporariamente, mas passam a depender dela. A mineração subterrânea produz milhões de toneladas de resíduos sólidos e líquidos a céu aberto, cuja gestão é dispendiosa. Somam-se a isso as lacunas institucionais: o país não possui nenhum mecanismo legal ou regime de responsabilidade para garantir a reparação dos danos ambientais da mineração.

Além de perder suas fontes de água, os cidadãos correm o risco de arcar com os custos da remediação dos impactos ambientais cuja manifestação pode levar anos, ou seja, quando a mineradora sair. É um panorama onde os benefícios, produtos da ganância, são para poucos e os riscos e os danos muito prováveis para muitos; isso também é sabido pelas empresas de mineração, já que algumas se dedicam a comprar de consciências e ao financiamento de campanhas em favor da megamineração.

Série de acontecimientos

Em 2009, a Greystar Resources, uma empresa canadense de mineração, solicitou uma licença ambiental para seu megaprojeto de mineração “Angostura”, para explorar ouro a céu aberto no meio do páramo. Diante desta iminente ameaça da água e do deserto, nasce em Bucaramanga um movimento cívico de protesto e defesa; em outubro de 2010, 5000 pessoas participaram de uma marcha para defender a água e o Páramo de Santurbán. Aos sindicatos, ambientalistas e ONGs se somaram a Federação de Comerciantes de Bucaramanga, a Sociedade de Engenheiros de Santander e outros. Audiências públicas, exigidas por lei, desvelaram um segredo: o Estado e suas instituições haviam o caminho aberto às empresas de mineração. Ao mesmo tempo, começaram as estratégias de ameaças e difamação por parte de meios de comunicação para o Comitê em Defesa da Água e do Páramo de Santurbán, chamando seus membros de inimigos do desenvolvimento e falsos apóstolos do ambientalismo. A resposta não demorou: na terceira marcha de protesto convocada pelo comitê, 8.000 pessoas se juntaram. No início de 2011, a Corporação Autónoma Regional para a Defesa do Planalto de Bucaramanga (CMDDB),



Quadro de algumas das conseqüências da mineração em Páramos

Riscos da mineração a céu aberto	Riscos da mineração subterrânea
<ul style="list-style-type: none"> • Destruição de ambientes nativos, paisagens e afetação da flora e fauna • Alteração de bacias de águas subterrâneas e superficiais • Captura de fontes de água de superfície para consumo de minas • Geração de depósitos e resíduos de mineração com o risco de derramamentos • Perda de fontes de água para todas as formas de vida e as populações local e metropolitana 	<ul style="list-style-type: none"> • Destruição total ou parcial de aquíferos • Alteração da direção do fluxo natural das águas subterrâneas pelos túneis • Águas ácidas (com um pH inferior a 4) • Drenagem de mina ácida • Deslizamento de dejetos afetando bacias inteiras • Perda de recursos hídricos para as populações local e metropolitana

entidade pública ambiental, pressionou Comitê em Defesa da Água e do Páramo de Santurbán a se retirar da audiência ambiental; a resposta em fevereiro do mesmo ano foi forte: marcha de protesto com mais de 40 mil pessoas em Bucaramanga, protestos diante do Ministério do Meio Ambiente em Bogotá e ações de protesto em Norte Santander. Em março de 2011, o Estado negou a licença ambiental à Greystar. A empresa abandona seu projeto de exploração de ouro a céu aberto, e muda seu nome para Eco-Oro.

A Lei 1382 de 2010 declara os páramos colombiano como áreas excluídas da mineração sem especificar a delimitação destes

ecossistemas. As áreas de alta floresta andina, a partir de 2.500 metros acima do nível do mar, pertencem, segundo critérios biogeográficos, ao ecossistema páramo. Mas por razões políticas, o Ministério de Minas conseguiu que a CDMB, sem qualquer sustentação séria, elevasse o nível do Páramo de Santurbán a 3.400 metros acima do nível do mar. Em janeiro de 2013 foi criado o Parque Natural Regional de Santurban com 11.700 hectares. Esta medida expôs à ganância da megamineração os aquíferos, recargas de água, o subpáramo, a alta floresta andina, rios e lagos do páramo, todos essenciais para o ciclo da água; títulos antigos de mineração, agora localizados no parque, foram validados. Ante os protestos dos cidadãos, que exigiam a proteção dos páramos contra a intervenção mineira em larga escala, o Estado, através de seus diferentes órgãos institucionais, inicia uma delimitação dos páramos. Este procedimento leva, no caso de Páramo de Santurbán, a uma fragmentação territorial do ecossistema, já que a área da alta floresta andina está fora desta delimitação. O Instituto Alexander von Humboldt, entidade de referência para a delimitação territorial dos ecossistemas na Colômbia, delimita o Páramo de Santurbán, baseado em critérios biogeográficos, em 30.000 hectares para além da demarcação do governo.



Precisamente esses 30 mil hectares não delimitados coincidem com áreas que possuem títulos de mineração nas mãos de empresas mineradoras transnacionais.

Atualmente (final de 2018), a Sociedade Mineira de Santander (MINESA), uma empresa formada por um grupo de investimento empresarial e de desenvolvimento do governo de Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, solicitou uma licença ambiental para o megaprojeto Soto Norte; trata-se da mineração subterrânea nos municípios de Suratá e Califórnia, perfurando um imenso sistema de túneis, a poucos metros do páramo. De acordo com o cronograma da empresa, o projeto deve começar entre 2018/19, e a extração duraria de 2021 a 2044, e, finalmente, a 'restauração' seria realizada em 2048. Os impactos em termos de direção e volume de águas subterrâneas perfuração de túneis de transporte e outras extrações são imprevisíveis. Especialistas afirmam que é impossível que as propriedades hidrogeológicas retornem ao seu estado inicial quando o projeto estiver concluído. Há várias questões que surgem a partir do projeto Soto Norte: qual será o impacto da mineração sobre a qualidade e quantidade das águas subterrâneas? Quais os passivos ambientais perpétuos? Qual é o risco da mineração sem uma zona de amor-



tização para o páramo? Qual é o cenário tendo em conta o risco sísmico? O estudo de impacto ambiental apresentado pela empresa não oferece respostas convincentes a essas preocupações. A CMDB não cumpre seu papel de cão de guarda e apenas sob a pressão de 16 senadores começou a realizar, de forma deficitária, uma inspeção técnica, enquanto há testemunhos de moradores locais que indicam que os primeiros riachos estão secando.

Para a Agência Nacional de Mineração, este projeto “Soto Norte” é um projeto de interesse nacional e merece todo o apoio; desde 2014, a Colômbia abriu o caminho para licenças ambientais expressas. Desde 2017, sete consultas municipais optaram pela água e disseram não à mineração. A pouco tempo a Corte Constitucional impossibilitou que os municípios realizassem consultas de cidadãos para tomar decisões sobre o subsolo; com essa decisão, as entidades territoriais só podem expressar uma opinião sobre as implicações dos projetos se houver estudos de impacto ambiental que muitos municípios não podem pagar. O compromisso do Estado com a locomotiva de mineração é visível.

Resistência provocada

“Bucaramanga como vamos” faz parte da rede colombiana de cidades. Na pesquisa de opinião, realizada periodicamente em Bucaramanga, mostra-se que desde 2011 a primeira preocupação da população do Santander é a poluição da água. As marchas em defesa da água e da vida evidenciam esse fato. Em outubro de 2017, uma marcha convocada pelo Comitê de Defesa da Água e do Páramo de Santurbán superou 100 mil participantes; nunca antes na história de Bucaramanga algo similar foi visto. O que aconteceu?

Em resposta à política de mineração extrativista do governo nacional, concessionar todo o país e constantemente manipular as regras para fragmentar áreas protegidas, sacrificando os paramos e seus ecossistemas vitais para a água e a vida, nasce em 2010, o Comitê para a Defesa da Água e do Páramo de Santurbán. Esta plataforma cívica, inicialmente constituída pelo Sindicato dos Trabalhadores do Aqueduto de Bucaramanga, várias ONGs regionais e organizações sociais, cresceu rapidamente reunindo mais de 17 organizações. A ameaça de contaminação da água que abastece os aquedutos da cidade e da área metropolitana graças à mineração com cianeto e metais pesados tem provocado resistência.

A luta é por água, não contra a mineração

Nas quartas-feiras, das 18:00 às 20:00h. o núcleo mais permanente do Comitê para a Defesa da Água e do Páramo de Santurbán se reúne na sede do Sindicato de Trabalhadores do Aqueduto Metropolitano de Bucaramanga para programar suas atividades. Sindicalistas, ambientalistas, pessoas de partidos políticos, ONGs, acadêmicos, pessoas indignadas. É um espaço aberto e plural, que optou por não ter status legal para evitar estruturas de hierarquia: a coordenação é rotativa, não existe um porta-voz fixo, qualquer decisão é tomada em consenso e depois do debate. A gama de ações é bastante completa: laços de aliança com a mídia, com políticos





e partidos, sindicatos e outras organizações, bem como fazer lobby junto aos congressistas; também realiza ações com parceiros internacionais, como a Mining Watch do Canadá; CIEL dos Estados Unidos, SOMO dos Países Baixos e A Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente - AIDA.

Os membros do Comitê pela Defesa da Água e do Páramo de Santurbán expandem constantemente sua expertise em torno do contexto jurídico-político, ecológico e de argumentação em torno das políticas públicas. Trabalho informativo é feito nos bairros, cafés da manhã com líderes comunitários e ações em locais públicos; além disso, está prevista uma pesquisa sobre os imaginários dos cidadãos em torno da água e do Páramo de Santurbán. Ações judiciais para exigir a execução de visitas técnicas de fiscalização, audiências públicas no Congresso com parlamentares sobre megamineração e Fracking buscam a adesão de mais parlamentares à questão. Mayerly López participa desta plataforma cívica desde que ela era estudante na universidade pública. “Nós cuidamos do prestígio social que alcançamos como uma plataforma cívica”, explica a ativista. “Esta causa pertence a todos. A luta do comitê se tornou um modo de vida”. Para Mario Flórez, lembrando os nove anos de luta, não há dúvida: “O Comitê de Defesa da Água e do Páramo de Santurbán segue vivo graças às vitórias alcançadas”.

A palavra de ordem é luta e resistência não defendem interesses, mas direitos: defesa da água e da vida; a luta é pela água, não contra a mineração; além disso, existem diferentes cenários para falar sobre mineração artesanal ou megamineração. É uma constante que funciona com mensagens positivas como defesa de água / vida ou água sim, fracking não. A plataforma cívica pratica a pluralidade, há uma confluência de setores e reuniões de leituras. O que une o grupo, apesar de sua heterogeneidade, é o compromisso voluntário e cívico. O comitê superou o pensamento classista em torno dos aliados. “Nós não somos a sociedade civil de Bucaramanga, mas uma pequena parte e precisamos de aliados, eles são importantes”, explica Mario Flórez. A única condição para poder participar é lutar autenticamente em favor da água. É possível convocar partidos políticos e empresários, sindicatos e comerciantes, acadêmicos e ambientalistas. O comitê passou por altos e baixos e tenta ser instrumentalizado. O comitê não é governado por regras escritas, mas pelos princípios de seus membros. Há constantes mudanças nas funções do comitê, dando espaço a outros, há um exercício de controle social do coletivo. A escassez financeira do comitê é crônica; mas isso, segundo Alix Mancilla, outro membro do comitê “não enfraquece, mas aumenta a criatividade”. Até mesmo doações anônimas ajudam o comitê. Organizar marchas de mais de cem mil participantes com menos de 20 milhões de pesos (aproximadamente 6 a 7 mil dólares) mostra a capacidade do comitê.

Todas e todos somos território

“O que acontece em Santurbán acontecerá no resto da Colômbia.” Mario Flórez indica que para 2019 está sendo organizado um encontro nacional de defensores de páramos; há uma tendência crescente de defesa dos páramos. 22 dos aproximadamente 37 páramos estão ameaçados pela mineração. Com o apoio do coletivo de advogados Luis Carlos Pérez, como

Vitórias a favor da água e da vida

- Impedimento da licença ambiental da Greystar para operar a céu aberto
- O Banco Mundial, inicialmente envolvido com investimento de capital na Greystar, foi notificado e teve que se retirar do projeto
- A Corte Constitucional, através da decisão 0-35 de 2016 proíbe a mineração no páramos
- Atraso no processo de licenciamento ambiental da Minesa
- A agenda pública incorpora o tema água e os páramos
- Demanda à Corte Constitucional para refazer a delimitação, reconhecendo a população da área metropolitana de Bucaramanga como diretamente afetada
- Solicitação ao Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para atualização / divulgação de informações sobre o novo processo de delimitação
- Impedimento de Megaprojetos de mineração no páramo
- Em face da pressão social, as autoridades regionais passam a rejeitar projetos
- A população associa água e vida com os páramos e os incorporou em sua narrativa
- A defesa do Páramo de Santurbán é um evento emblemático para o país
- A sociedade civil percebe que a megamineração não é a solução
- Não aceitação do debate sobre a relevância da mineração, mas trabalhando os efeitos para a economia devido à água contaminada



Mensagens para o futuro:

A defesa da água e do Páramo de Santurbán é um caso emblemático de resistência à entrega de territórios para grandes empresas pelo governo nacional. Santurbán conseguiu eco no país, a resistência cresce.

O governo nacional e as autoridades ambientais têm criado e modificado regras para dar uma aparência de legitimidade às ações extrativistas e de curto prazo. No caso de Santurbán é a população metropolitana que se sente parte do território levando a resistência a partir de mensagens positivas e em favor da água como fonte de vida.

A resistência pode se tornar alternativa quando não há compreensão e reconhecimento de que todos pertencem ao território, habitantes locais e da região metropolitana. A resistência é ampliada quando as estratégias de comunicação e mensagens claras conseguem informar e convencer a sociedade civil a defender os páramos como patrimônio de todos.

membros do Comitê de Defesa da Água e do Páramo de Santurbán, a abordagem jurídica é trabalhada através de tutela, petições e demandas. A Corte Constitucional, revendo a tutela sobre o direito à água, vida decente, informação, participação e meio ambiente saudável, no total de 7 direitos, declarou cruel o processo de delimitação do Páramo de Santurbán. Na sustentação do tribunal, a população metropolitana foi reconhecida como diretamente afetada pelas ameaças à água e ao páramo. Com isso, há um reconhecimento legal de que o território pertence, além da população local, à sociedade civil regional e metropolitana.

O texto foi elaborado com base em conversações in situ por Jorge Krekeler, facilitador em nome da AGEH e Misereor e acordado com as pessoas visitadas. Agradecimentos a Mario Flórez, Alix Mancilla, Erwing Rodríguez, Jesús Gamboa, Mayerly Lopez, Carlos Morales, Elizabeth Martinez e Nelly Sofia Ardila do Comitê para a Defesa da Água e do Paramo de Santurbán e, particularmente à Corporação Compromisso por ter gerado o contato.

Almanaque do Futuro

Autor: Jorge Krekeler, asesor de Misereor / AGEH - jorge.krekeler@posteo.de

Diseño: Nicole Maron

Fotografías: Comité para la Defensa del agua y el Páramo de Santurbán;
Jorge Krekeler

Dados de contato da experiência documentada:

comiteparamosanturban@gmail.com

Facebook: [Comité Santurbán](#)

Twitter: [@comitesanturban](#)

Edição: diciembre de 2018

Con el apoyo de:

MISEREOR
● IHR HILFSWERK

www.almanaquedelfuturo.com



CC-BY 4.0, outras licenças podem ser aplicadas a logotipos, imagens e textos individuais (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/.21.06.2018>)